

Sarney anuncia que não veta lei eleitoral

Arquivo 16.01.89

O presidente Sarney não irá vetar o projeto de lei eleitoral aprovado pelo Congresso, com receio de provocar polêmica entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. A informação foi dada pelo ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa. Por determinação de Sarney, Corrêa está analisando, sob o ponto de vista jurídico-constitucional, as normas que irão regular a eleição presidencial de novembro próximo. Para o ministro, o Planalto não deve vetar o dispositivo que proíbe a divulgação de pesquisas nos 30 dias anteriores à eleição. Para ele, "quem se sentir prejudicado que recorra ao Judiciário".

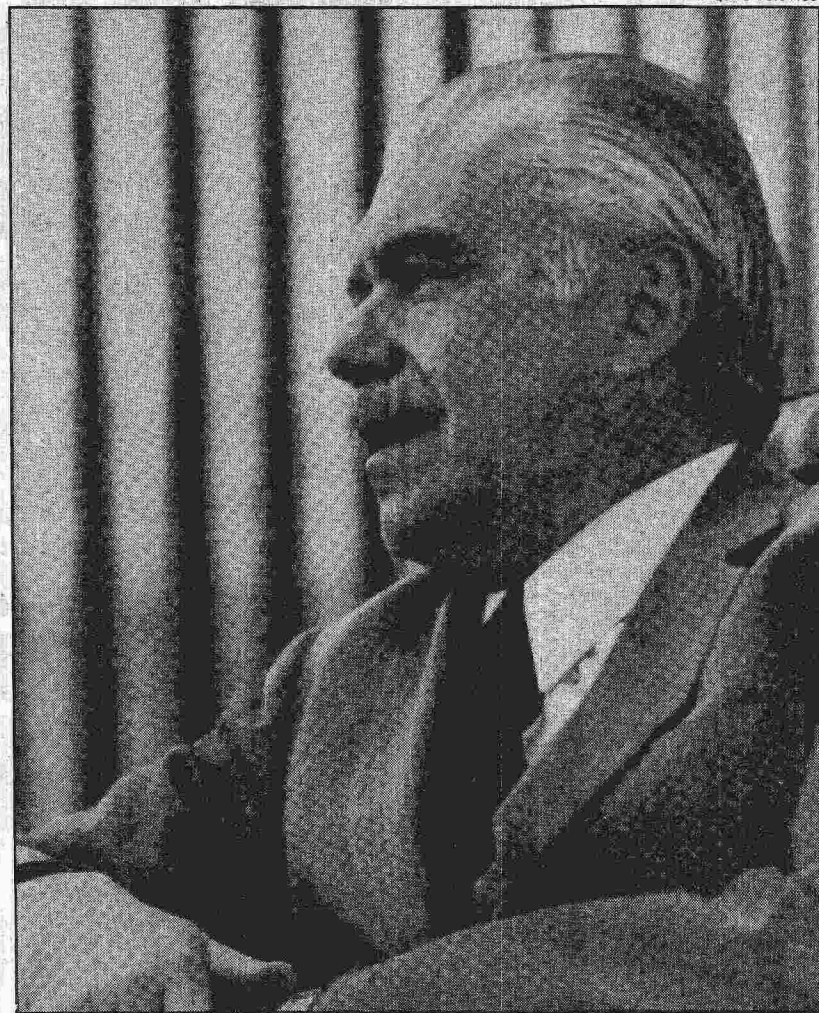
Na avaliação preliminar do

projeto, feita pela Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, foram relacionados dispositivos classificados como "inconvenientes", mas que devem ser submetidos ao ministro Oscar Corrêa e ao presidente Sarney.

A convalidação das convenções partidárias realizadas antes da publicação da Lei Eleitoral e a exigência de representação no Congresso para que um partido político possa lançar candidatos são prováveis pontos que o Planalto poderá vetar, parcialmente. O ministro disse não ter recebido ainda o projeto, e fez questão de frisar que "muitas especulações estão no ar, porém algumas podem ter

fundamento".

Em relação à decisão sobre as prévias eleitorais, a palavra do Ministro da Justiça terá peso determinante, em decorrência da sua experiência à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "O Governo não tem motivos para comprar uma briga com o Judiciário", afirmou Oscar Corrêa, convicto de que a melhor opção será deixar como está. "Como na última eleição, um jornal recorreu contra a proibição imposta às prévias e a Justiça Eleitoral decidiu, por unanimidade, liberá-las. Agora, quem sentir-se ofendido, que siga o mesmo caminho", aconselhou. (Marco Antônio Maurício)



Sarney evita alterar a lei eleitoral, mas rebaterá candidatos